



Em 19 de maio de 2025.

## NOTA TÉCNICA – LAUDO TÉCNICO DAS CONDIÇÕES AMBIENTAIS DE TRABALHO (LTCAT)

**Referência normativa:** Art. 195 da CLT, NR-15 e NR-16 da Portaria MTB nº 3.214/1978, Parecer PGF nº 00019/2023/CPLC/SUBCONSU/AGU, Enunciado SUBCONSU nº 401, e Lei nº 14.133/2021.

**Assunto:** Obtenção do LTCAT – Adicionais de Insalubridade e Periculosidade – Prestação de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra.

### I – Contextualização

A contratação de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra, envolvendo atividades auxiliares operacionais e administrativas, como aquelas exercidas por jardineiros, pedreiros, piscineiros e pintores, pode envolver exposição a agentes nocivos ou condições perigosas. Assim, impõe-se a avaliação técnica prévia das condições laborais, com vistas à **verificação da incidência de adicionais de insalubridade e/ou periculosidade**, nos termos da **legislação trabalhista vigente**.

### II – Da Obrigação de Produção do LTCAT

O **Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho (LTCAT)** é o documento técnico necessário para caracterizar e classificar as atividades insalubres ou perigosas, sendo exigido por força do **art. 195 da CLT**, bem como das **Normas Regulamentadoras nº 15 e 16** do extinto Ministério do Trabalho.

A elaboração do LTCAT é **condição *sine qua non*** para definição da existência ou não dos referidos adicionais no âmbito da futura contratação, devendo a Administração empreender os meios disponíveis para sua obtenção, **antes de transferir essa responsabilidade à futura contratada**, conforme estabelecido pelo **PARECER PGF nº 00019/2023/CPLC/SUBCONSU/AGU** e o **Enunciado nº 401 da SUBCONSU/PGF**.

### III – Dos Procedimentos Adotados pela Administração

Com vistas a atender os preceitos legais e orientações técnicas citadas, a Administração informa que **instaurou os procedimentos internos necessários à elaboração do LTCAT**, com observância da seguinte **ordem de precedência**:

1. **Verificação da existência de corpo técnico próprio** (servidores estatutários ou empregados públicos com formação em medicina ou engenharia do trabalho);
2. **Solicitação de apoio técnico ao Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS)**, caso a alternativa anterior se revele inviável;
3. **Tentativa de formalização de parcerias institucionais ou cooperação técnica com outros entes públicos**, em especial órgãos e instituições federais que possuam servidores habilitados em segurança e medicina do trabalho;
4. **Requisição formal de perícia junto ao Ministério do Trabalho**, nos termos do §1º do art. 195 da CLT, mediante protocolo junto à Delegacia Regional do Trabalho competente.

### IV – Da Excepcionalidade da Delegação à Contratada

Somente **esgotadas todas as alternativas administrativas acima elencadas**, e mediante **justificativa expressa nos autos**, a Administração poderá, de forma excepcional e transitória, **atribuir à futura contratada a responsabilidade pela obtenção do LTCAT**, preferencialmente por meio da solicitação de perícia junto ao Ministério do Trabalho, nos termos do art. 195, §1º da CLT, e **jámais como cláusula permanente ou definitiva** do contrato.

### V – Considerações Finais

A presente Nota Técnica visa assegurar o fiel cumprimento do dever legal de proteção à saúde e segurança do trabalhador (arts. 7º, XXII, e 225 da CF/88), **resguardando a Administração Pública contra riscos jurídicos, passivos trabalhistas e responsabilizações subsidiárias indevidas**. O procedimento adotado coaduna-se, ainda, com os princípios da **legalidade, eficiência, economicidade e moralidade administrativa**, previstos no art. 37 da Constituição Federal e no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

Diante do exposto, a Administração reitera seu compromisso com a legalidade e a precaução técnica, dando seguimento às medidas acima elencadas até a completa apuração e regularização do aspecto ora tratado.

**RAFAEL RODRIGUES LOPES**

**Diretoria de Administração, Planejamento e Finanças**

Documento assinado eletronicamente por:

■ **Rafael Rodrigues Lopes, DIRETOR(A) - CD3 - DAPF-CZ**, em 19/05/2025 11:06:09.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 19/05/2025. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifpb.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código 715204  
Verificador: 308d126ade  
Código de Autenticação:



**NOSSA MISSÃO:** Ofertar a educação profissional, tecnológica e humanística em todos os seus níveis e modalidades por meio do Ensino, da Pesquisa e da Extensão, na perspectiva de contribuir na formação de cidadãos para atuarem no mundo do trabalho e na construção de uma sociedade inclusiva, justa, sustentável e democrática.

**VALORES E PRINCÍPIOS:** Ética, Desenvolvimento Humano, Inovação, Qualidade e Excelência, Transparência, Respeito, Compromisso Social e Ambiental.